Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, nos da alínea a) do n.º 2.º do artigo 13.º do regimento do mesmo Conselho, de 17 de Agosto de 1915.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 18 de Maio de 1927. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Jaime Afreixo* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

Decreto n.º 13:623

Considerando que a verba de 18.000\$, inscrita no capítulo 8.º, artigo 45.º, do orçamento do Ministério das Finanças, destinada a gratificações da comissão encarregada de proceder ao inventário dos navios ex-alemães, se mostra insuficiente para ocorrer ao pagamento das aludidas gratificações, e atendendo a que prevalecem as razões que motivaram a constituição da mesma comissão;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, e a seu favor, um crédito especial da quantia de 12.000\$, que irá reforçar a verba de 18.000\$ inscrita no respectivo orçamento decretado para o corrente ano económico, no capítulo 8.º, artigo 45.º, sob a rubrica «Gratificação aos membros da comissão encarregada de proceder ao inventário das mercadorias descarregadas dos vapores ex-alemães».

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Maio de 1927. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Jaime Afreixo* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

Rectificação

Para os devidos efeitos se declara que no decreto n.º 13:466, publicado no *Diário do Governo* n.º 77, 1.ª série, de 18 de Abril próximo passado, linha 30.ª, onde se lê: «151.317\$», deve ler-se: «154.317\$».

Direcção Geral da Contabilidade Pública, 16 de Maio de 1927. — Pelo Director Geral, *Oliveira e Silva*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Decreto n.º 13:624

Atendendo a que o Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante ao estabelecer a constituição do tribunal

marítimo não considera o caso de haver sido o delito marítimo cometido nos bancos da Terra Nova quando ali estacione algum navio de guerra português; e

Considerando não haver razão para que tal omissão perdure, desde que no local haja forma de se julgarem aqueles delitos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926: sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Nos bancos da Terra Nova, durante o período da safra do bacalhau, e quando ali permaneça algum navio de guerra nacional, dar-se há cumprimento a todas as disposições do Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante, sempre que possível, sendo considerado aquele estágio de pesca como um porto estrangeiro em que se encontre navio de guerra português, para todos os efeitos disciplinares do citado Código, incluindo a constituição do tribunal marítimo, seu funcionamento e sanções.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 18 de Maio de 1927. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Adriano da Costa Macedo* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *João José Sinel de Cordes* — *Abílio Augusto Valdês de Passos e Sousa* — *Jaime Afreixo* — *António Maria de Bettencourt Rodrigues* — *Júlio César de Carvalho Teixeira* — *João Belo* — *José Alfredo Mendes de Magalhães* — *Felisberto Alves Pedrosa*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 13:625

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É transferida no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros em vigor no ano económico de 1926-1927, da despesa ordinária para a extraordinária, a importância de 98.738\$43, sendo a quantia de 4.701\$83, existente em saldo no capítulo 5.º do artigo 23.º, verba 13.ª, «Cota parte com que o Governo Português deve contribuir para as despesas do Secretariado da Sociedade das Nações», para o capítulo 10.º, artigo 34.º, verba 2.ª, «Despesas com a Assembleia da Sociedade das Nações, conferências promovidas pela mesma Sociedade, Delegação do Governo da República junto da Comissão de Reparações, representação dos interesses portugueses junto do Tribunal Mixto de Arbitragem, chancelaria portuguesa junto da Sociedade das Nações»; e a da correspondente diferença de câmbio de 94.036\$60, do referido capítulo 5.º, artigo 25.º, para o capítulo 11.º, artigo 35.º

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força